



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

### **OBJETO:**

Registro de preços para aquisição de materiais elétricos para viabilizar a manutenção da rede de iluminação pública e da infraestrutura elétrica dos prédios públicos do município de São Borja

### **VALOR ESTIMADO DO REGISTRO DE PREÇOS**

R\$ 3.720.190,24 (três milhões, setecentos e vinte mil, cento e noventa reais e vinte e quatro centavos)

### **DATA DA SESSÃO**

Dia 23/05/2025 às 8h30min. **(horário de Brasília)**

**PLATAFORMA:** Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR ITEM**

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: [licitacoes.saoborja@gmail.com](mailto:licitacoes.saoborja@gmail.com)



## EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, por meio do Departamento de Contratos e Licitações, sediado no Prédio Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, Rua Eurico Batista da Silva, nº 64, centro, realizará licitação, na data de 23/05/2025, às 8h30min, para **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de materiais elétricos para viabilizar a manutenção da rede de iluminação pública e da infraestrutura elétrica dos prédios públicos do município de São Borja, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 11.462 de 31 de março de 2023 por meio do Art. 187 da Lei 14.133/2021, além das demais disposições legais aplicáveis, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de materiais elétricos para viabilizar a manutenção da rede de iluminação pública e da infraestrutura elétrica dos prédios públicos do município de São Borja conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada por **ITEM** e de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Relatório de itens cadastrados e Anexo III – Termo de Referência, para constarem em **Registro de Preços** a serem fornecidos até a quantidade compreendida, quando deles o Município tiver necessidade.

**1.3.** A gerenciadora da ata não se obriga a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

**1.4.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.5.** O modo de disputa será **ABERTO** e o critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, levando em conta as especificações do objeto conforme estabelecido neste Edital e seus Anexos, visando garantir o menor custo para a Administração, de acordo com o artigo 34 da Lei nº 14.133/2021.

**1.6.** A quantidade mínima definida na tabela do item 1.9. refere-se a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens, nos termos do art. 82, inciso II da Lei 14.133/2021.

**1.7.** Os itens com o **valor total de até 80 (oitenta) mil reais, serão de participação exclusiva para ME/EPP**, conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123, de 2006 e posteriores alterações.

**1.8.** Para os itens com o valor total acima de 80 (oitenta) mil reais, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**1.8.1.** O quantitativo do item 34, 52, 53, 55, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 72, 77, 78 e 79 do termo de referência – Anexo III, está dividido em ampla concorrência e em cota reservada, este no **percentual de até 25%** (vinte e cinco por cento), para participação exclusiva das empresas descritas no item 1.8., que atendam as exigências deste edital, sem prejuízo de participação na cota ampla concorrência, em atendimento à



Lei nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2014.

**1.8.2.** A obtenção do benefício a que se refere o item 1.8., fica limitado as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**1.9.** Havendo divergência na sequência numérica dos itens entre o termo de referência e o edital prevalece-  
rá a do edital.

**1.10.** O valor de referência fixado na presente licitação refere-se ao **preço máximo** a ser aceito pela Administração.

**1.11.** As descrições, as quantidades e os valores dos itens constantes no objeto são os seguintes:

Item	Objeto	Unid.	Quantidade total	Quantidade mínima a ser cotada	Valor unitário	Valor total	Critério de participação
1.	FIO PLASTICHUMBO EM COBRE 2 X 1,5 MM 450/750V NORMA ABNT.	Metro	2115	20	R\$ 3,03	R\$ 6.408,45	EXCLUSIVO
2.	FIO PLASTICHUMBO EM COBRE 2 X 2,5 MM 450/750V NORMA ABNT.	Metro	2900	20	R\$ 3,51	R\$ 10.179,00	EXCLUSIVO
3.	FIO PLASTICHUMBO EM COBRE 2 X 4,0 MM 450/750V NORMA ABNT.	Metro	2300	10	R\$ 5,29	R\$ 12.167,00	EXCLUSIVO
4.	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750V VERDE, ATOX	Metro	800	50	R\$ 1,42	R\$ 1.136,00	EXCLUSIVO
5.	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750V AZUL, ATOX	Metro	800	50	R\$ 1,42	R\$ 1.136,00	EXCLUSIVO
6.	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750V VERMELHO, ATOX	Metro	800	50	R\$ 1,42	R\$ 1.136,00	EXCLUSIVO
7.	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM 750V PRETO/CINZA, ATOX	Metro	700	50	R\$ 1,42	R\$ 994,00	EXCLUSIVO
8.	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750V VERDE, ATOX	Metro	2500	50	R\$ 1,76	R\$ 4.400,00	EXCLUSIVO
9.	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750V AZUL, ATOX	Metro	2100	50	R\$ 1,76	R\$ 3.696,00	EXCLUSIVO
10.	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750V VERMELHO, ATOX	Metro	2100	50	R\$ 1,76	R\$ 3.696,00	EXCLUSIVO
11.	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750V PRETO, ATOX	Metro	2100	50	R\$ 1,76	R\$ 3.696,00	EXCLUSIVO
12.	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM 750V BRANCO, ATOX	Metro	1100	50	R\$ 1,76	R\$ 1.936,00	EXCLUSIVO
13.	CABO FLEXÍVEL 4,00 MM 750V VERDE, ATOX	Metro	2100	20	R\$ 3,14	R\$ 6.594,00	EXCLUSIVO
14.	CABO FLEXÍVEL 4,00 MM 750V AZUL, ATOX	Metro	2100	20	R\$ 3,14	R\$ 6.594,00	EXCLUSIVO
15.	CABO FLEXÍVEL 4,00 MM 750V VERMELHO, ATOX	Metro	2100	20	R\$ 3,14	R\$ 6.594,00	EXCLUSIVO
16.	CABO FLEXÍVEL 4,00 MM 750V PRETO, ATOX	Metro	2100	20	R\$ 3,14	R\$ 6.594,00	EXCLUSIVO
17.	CABO FLEXÍVEL 4,00 MM 750V BRANCO, ATOX	Metro	1100	20	R\$ 3,14	R\$ 3.454,00	EXCLUSIVO
18.	CABO FLEXÍVEL 6,00 MM 750V VERMELHO, ATOX	Metro	2100	10	R\$ 5,63	R\$ 11.823,00	EXCLUSIVO
19.	CABO FLEXÍVEL 6,00 MM 750V PRETO, ATOX	Metro	2100	10	R\$ 5,63	R\$ 11.823,00	EXCLUSIVO
20.	CABO FLEXÍVEL 6,00 MM 750V BRANCO, ATOX	Metro	2100	10	R\$ 5,63	R\$ 11.823,00	EXCLUSIVO
21.	CABO FLEXÍVEL 10,00 MM	Metro	2100	10	R\$ 7,82	R\$ 16.422,00	EXCLUSIVO



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	750V VERDE, ATOX						
22.	CABO FLEXÍVEL 10,00 MM 750V AZUL, ATOX	Metro	2100	10	R\$ 7,82	R\$ 16.422,00	EXCLUSIVO
23.	CABO FLEXÍVEL 10,00 MM 750V VERMELHO, ATOX	Metro	2100	10	R\$ 7,82	R\$ 16.422,00	EXCLUSIVO
24.	CABO FLEXÍVEL 10,00 MM 750V PRETO, ATOX	Metro	1800	10	R\$ 7,82	R\$ 14.076,00	EXCLUSIVO
25.	CABO FLEXÍVEL 16,00 MM 0,6/1KV VERDE, ATOX	Metro	1300	8	R\$ 11,57	R\$ 15.041,00	EXCLUSIVO
26.	CABO FLEXÍVEL 16,00 MM 0,6/1KV PRETO, ATOX	Metro	1300	8	R\$ 11,57	R\$ 15.041,00	EXCLUSIVO
27.	CABO PP 2 X 1,5 MM 1KV	Metro	1100	20	R\$ 3,84	R\$ 4.224,00	EXCLUSIVO
28.	CABO PP 3 X 1,5 MM 1KV	Metro	1000	12	R\$ 5,44	R\$ 5.440,00	EXCLUSIVO
29.	CABO PP 4 X 1,5 MM 1KV	Metro	1300	10	R\$ 7,70	R\$ 10.010,00	EXCLUSIVO
30.	CABO PP 2 X 2,5 MM 1KV	Metro	1800	20	R\$ 4,53	R\$ 8.154,00	EXCLUSIVO
31.	CABO PP 3 X 6,00 MM 1KV	Metro	2000	7	R\$ 17,65	R\$ 35.300,00	EXCLUSIVO
32.	CABO PP 4 X 6,00 MM 1KV	Metro	1050	5	R\$ 20,30	R\$ 21.315,00	EXCLUSIVO
33.	CABO PP 4 X 10,00 MM 1KV	Metro	1550	3	R\$ 36,78	R\$ 57.009,00	EXCLUSIVO
34.	CABO PP 4 X 25,00 MM 1KV	Metro	1163	1	R\$ 88,50	R\$ 102.925,50	AMPLA CONCORRÊNCIA
35.	CABO PP 4 X 25,00 MM 1KV	Metro	387	1	R\$ 88,50	R\$ 34.249,50	COTA RESERVADA
36.	CABO MULTIPLEX 2 X 10,00 MM 750V ALUMÍNIO	Metro	1700	20	R\$ 3,59	R\$ 6.103,00	EXCLUSIVO
37.	CABO MULTIPLEX 4 X 10,00 MM 1KV ALUMÍNIO	Metro	2200	10	R\$ 7,68	R\$ 16.896,00	EXCLUSIVO
38.	CABO MULTIPLEX 4 X 16,00 MM 1KV ALUMÍNIO	Metro	1600	8	R\$ 10,14	R\$ 16.224,00	EXCLUSIVO
39.	FIO RÍGIDO 2,5 MM 750V VERDE	Metro	1200	30	R\$ 2,09	R\$ 2.508,00	EXCLUSIVO
40.	FIO RÍGIDO 2,5 MM 750V VERMELHO	Metro	1200	30	R\$ 2,09	R\$ 2.508,00	EXCLUSIVO
41.	FIO RÍGIDO 2,5 MM 750V PRETO	Metro	1200	30	R\$ 2,09	R\$ 2.508,00	EXCLUSIVO
42.	FIO RÍGIDO 6,00 MM 750V VERDE	Metro	1300	12	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00	EXCLUSIVO
43.	FIO RÍGIDO 6,00 MM 750V AZUL	Metro	1300	12	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00	EXCLUSIVO
44.	FIO RÍGIDO 6,00 MM 750V VERMELHO	Metro	1300	12	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00	EXCLUSIVO
45.	FIO RÍGIDO 6,00 MM 750V PRETO	Metro	1300	12	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00	EXCLUSIVO
46.	FIO RÍGIDO 6,00 MM 750V BRANCO	Metro	1300	12	R\$ 5,48	R\$ 7.124,00	EXCLUSIVO
47.	FIO RÍGIDO 10,00 MM 750V VERDE	Metro	700	8	R\$ 8,58	R\$ 6.006,00	EXCLUSIVO
48.	FIO RÍGIDO 10,00 MM 750V AZUL	Metro	700	8	R\$ 8,58	R\$ 6.006,00	EXCLUSIVO
49.	CABO PARALELO 2 X 2,5 MM 750V	Metro	1000	30	R\$ 2,12	R\$ 2.120,00	EXCLUSIVO
50.	LÂMPADA LED BULBO 7W E27 6500K	Unidade	550	30	R\$ 2,15	R\$ 1.182,50	EXCLUSIVO
51.	LÂMPADA LED BULBO 9W E27 6500K 860 LM.	Unidade	500	30	R\$ 2,15	R\$ 1.075,00	EXCLUSIVO
52.	LÂMPADA LED BULBO 15W E27 6500K 1500 LM	Unidade	1835	25	R\$ 3,34	R\$ 6.128,90	EXCLUSIVO
53.	LÂMPADA LED BULBO 40W ALTA POTÊNCIA E27 BRANCO FRIO 6500K.	Unidade	6008	6	R\$ 10,86	R\$ 65.246,88	AMPLA CONCORRÊNCIA
54.	LÂMPADA LED BULBO 40W ALTA POTÊNCIA E27 BRANCO FRIO 6500K.	Unidade	2002	6	R\$ 10,86	R\$ 21.741,72	COTA RESERVADA

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com





São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

55.	LÂMPADA LED BULBO 50W ALTA POTÊNCIA E27 BRANCO FRIO 6500K 4000 LM	Unidade	8648	5	R\$ 12,63	R\$ 109.224,24	AMPLA CONCOR- RÊNCIA
56.	LÂMPADA LED BULBO 50W ALTA POTÊNCIA E27 BRANCO FRIO 6500K 4000 LM	Unidade	2882	5	R\$ 12,63	R\$ 36.399,66	COTA RESERVADA
57.	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W 220V E27, TUBULAR, COM FLUXO MINIMO DE 6600 LÚ- MENS, VIDA ÚTIL MEDIANA DE 28000 HORAS, EM CONFOR- MIDADE COM A NORMA NBR IEC 60662.	Unidade	5000	4	R\$ 14,46	R\$ 72.300,00	EXCLUSIVO
58.	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W 220V, E40, TUBULAR	Unidade	3750	3	R\$ 19,68	R\$ 73.800,00	AMPLA CONCOR- RÊNCIA
59.	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W 220V, E40, TUBULAR	Unidade	1250	3	R\$ 19,68	R\$ 24.600,00	COTA RESERVADA
60.	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W 220V, E40, TUBULAR, COM FLUXO LUMINOSO MÍNÍ- MO DE 55000 LUMENS E VIDA ÚTIL MEDIANA DE 32000 HO- RAS, EM CONFORMIDADE COM NORMA NBR IEC 60662.	Unidade	3000	3	R\$ 22,28	R\$ 66.840,00	EXCLUSIVO
61.	LÂMPADA LED TUBULAR 9W T8, 60 CM	Unidade	700	12	R\$ 5,40	R\$ 3.780,00	EXCLUSIVO
62.	LÂMPADA LED TUBULAR 18W T8, 120 CM	Unidade	1020	8	R\$ 6,73	R\$ 6.864,60	EXCLUSIVO
63.	LÂMPADA LED TUBULAR 20W 6500K T8, 120 CM	Unidade	1050	8	R\$ 7,48	R\$ 7.854,00	EXCLUSIVO
64.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHA- DA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO BULBO 250W COM REATOR PRISMÁTI- CO EM POLICARBONATO E CORPO REFLETOR ESTAMPA- DO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE D. 48,3 MM EXTER- NO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.	Unidade	750	1	R\$ 129,06	R\$ 96.795,00	AMPLA CONCOR- RÊNCIA
65.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHA- DA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO BULBO 250W COM REATOR PRISMÁTI- CO EM POLICARBONATO E CORPO REFLETOR ESTAMPA- DO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE D. 48,3 MM EXTER- NO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.	Unidade	250	1	R\$ 129,06	R\$ 32.265,00	COTA RESERVADA
66.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHA- DA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO BULBO 400W COM REATOR PRISMÁTI- CO EM POLICARBONATO E	Unidade	750	1	R\$ 151,25	R\$ 113.437,50	AMPLA CONCOR- RÊNCIA

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	CORPO REFLETOR ESTAMPADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE 60,3MM EXTERNO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.						
67.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO BULBO 400W COM REATOR PRISMÁTICO EM POLICARBONATO E CORPO REFLETOR ESTAMPADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE 60,3MM EXTERNO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.	Unidade	250	1	R\$ 151,25	R\$ 37.812,50	COTA RESERVADA
68.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO TUBULAR 400W COM REATOR PRISMÁTICO EM POLICARBONATO E CORPO REFLETOR ESTAMPADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE 48,3MM EXTERNO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.	Unidade	750	1	R\$ 151,25	R\$ 113.437,50	AMPLA CONCORRÊNCIA
69.	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO TUBULAR 400W COM REATOR PRISMÁTICO EM POLICARBONATO E CORPO REFLETOR ESTAMPADO EM CHAPA DE ALUMÍNIO, ANODIZADO, SOQUETEIRA E ARO EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, ENCAIXE PARA TUBO DE 48,3MM EXTERNO, SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-40. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129.	Unidade	250	1	R\$ 151,25	R\$ 37.812,50	COTA RESERVADA
70.	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W TUBULAR REFLETOR EM CHAPA DE ALUMÍNIO ESTAMPADO E ANODIZADO. SOQUETE DE PORCELANA ROSCA E-27. PESCOÇO EM ALUMÍNIO FUNDIDO E ENCAIXE PARA BRAÇO DE 25,4MM EXTERNO.	Unidade	2000	3	R\$ 34,74	R\$ 69.480,00	EXCLUSIVO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: licitacoes.saaborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE C/ABNT NBR IEC 60598 E ABNT NBR 15129						
71.	LUMINÁRIA TAM. MÉDIO P/ LÂMPADA DE SÓDIO DE 250W TUBULAR COM ENCAIXE PARA BRAÇO CISNE DE 25MM, COM SOQUETE E40.	Unidade	1500	1	R\$ 64,29	R\$ 96.435,00	AMPLA CONCORRÊNCIA
72.	LUMINÁRIA TAM. MÉDIO P/ LÂMPADA DE SÓDIO DE 250W TUBULAR COM ENCAIXE PARA BRAÇO CISNE DE 25MM, COM SOQUETE E40.	Unidade	500	1	R\$ 64,29	R\$ 32.145,00	COTA RESERVADA
73.	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 400W TUBULAR EM CHAPA DE ALUMÍNIO, COM ALOJAMENTO PARA REATOR, COM REFLETOR DE POLICARBONATO, COMPRIMENTO 810MM, ALTURA 280MM E LARGURA 325MM. E40	Unidade	750	1	R\$ 144,66	R\$ 108.495,00	AMPLA CONCORRÊNCIA
74.	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 400W TUBULAR EM CHAPA DE ALUMÍNIO, COM ALOJAMENTO PARA REATOR, COM REFLETOR DE POLICARBONATO, COMPRIMENTO 810MM, ALTURA 280MM E LARGURA 325MM. E40	Unidade	250	1	R\$ 144,66	R\$ 36.165,00	COTA RESERVADA
75.	SOQUETE DE PORCELANA ADAPTADOR E27 PARA E40	Unidade	5100	8	R\$ 7,21	R\$ 36.771,00	EXCLUSIVO
76.	SOQUETE DE LOUÇA E-27 PARA LUMINÁRIA, FIXAÇÃO POR 02 PARAFUSOS, TIPO 1464D OU SIMILAR.	Unidade	5200	20	R\$ 2,56	R\$ 13.312,00	EXCLUSIVO
77.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 70W-220V USO EXTERNO REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 70W-220V USO EXTERNO NOVO, CONJUGADO, 60 HZ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, DELTA T 85°, GRAU DE PROTEÇÃO IP-33, PERDAS MÁXIMAS 12W, COM BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICA, COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, ABNT-NBR 13593.	Unidade	1500	1	R\$ 52,61	R\$ 78.915,00	AMPLA CONCORRÊNCIA
78.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 70W-220V USO EXTERNO REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 70W-220V USO EXTERNO NOVO, CONJUGADO, 60 HZ, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, DELTA T 85°, GRAU DE PROTEÇÃO IP-33, PERDAS MÁXIMAS 12W, COM BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICA, COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, ABNT-NBR 13593.	Unidade	500	1	R\$ 52,61	R\$ 26.305,00	COTA RESERVADA
79.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 250W-220V USO EXTERNO	Unidade	1500	1	R\$ 57,89	R\$ 86.835,00	AMPLA CONCORRÊNCIA

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: licitacoes.saaborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	NOVO, 60HZ-ALTO FATOR DE POTÊNCIA, PERDAS MÁXIMAS 24W, COM BASE RELÉ FOTOELÉTRICA CONJUGADA, COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NORMA ABNT - NBR 13593.						
80.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 250W-220V USO EXTERNO NOVO, 60HZ-ALTO FATOR DE POTÊNCIA, PERDAS MÁXIMAS 24W, COM BASE RELÉ FOTOELÉTRICA CONJUGADA, COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NORMA ABNT - NBR 13593.	Unidade	500	1	R\$ 57,89	R\$ 28.945,00	COTA RESERVADA
81.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 400W-220V USO EXTERNO NOVO, CONJUGADO, 60H ALTO FATOR DE POTÊNCIA- DELTA T 85 GRAUS DE POTÊNCIA E P-33 PERDAS MÁXIMAS DE 32W COM SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ABNT-N BR 13593.	Unidade	1000	1	R\$ 70,59	R\$ 70.590,00	EXCLUSIVO
82.	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO 400W USO INTERNO COM CAPACITOR E IGNITOR, ALTO FATOR DE POTÊNCIA COM DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.	Unidade	1000	1	R\$ 61,20	R\$ 61.200,00	EXCLUSIVO
83.	RELÉ FOTOCONTROLADOR DO TIPO T1, DE CORRENTE ALTERNADA CONTATOS NF, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220V, CORRENTE MÁXIMA DE 10A, POTÊNCIA DE 1000W E POTÊNCIA APARENTE 1800VA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 50/60HZ, CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRA VIOLETA. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT 5123:2016 - UL 773:1992 - ANSI C136.10:1998.	Unidade	7594	6	R\$ 12,11	R\$ 91.963,34	AMPLA CONCORRÊNCIA
84.	RELÉ FOTOCONTROLADOR DO TIPO T1, DE CORRENTE ALTERNADA CONTATOS NF, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220V, CORRENTE MÁXIMA DE 10A, POTÊNCIA DE 1000W E POTÊNCIA APARENTE 1800VA, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 50/60HZ, CORPO EM POLIPROPILENO ESTABILIZADO CONTRA RAIOS ULTRA VIOLETA. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT 5123:2016 - UL 773:1992 - ANSI C136.10:1998.	Unidade	2531	6	R\$ 12,11	R\$ 30.650,41	COTA RESERVADA
85.	BASE PARA RELÉ FOTO ELÉTRICO, MODELO FECHADO, GIRATÓRIO. COM PORCA DE FECHAMENTO E COPO EM PVC, HASTE DE FIXAÇÃO EM	Unidade	10225	12	R\$ 5,80	R\$ 59.305,00	EXCLUSIVO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com





São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	AÇO GALVANIZADO A FOGO, PADRÃO ABNT.						
86.	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO, PRINCIPAL 10 - 70MM DERIVAÇÃO 1,5 - 10MM, TORQUE 8N.M. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT.	Unidade	10250	12	R\$ 5,18	R\$ 53.095,00	EXCLUSIVO
87.	CONECTOR PARALELO UNIVERSAL DE 01 PARAFUSO, PADRÃO CEEC COM PARAFUSO E PORCA EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL SELADA COM COMPOSTO ANTI-ÓXIDO.	Unidade	10250	12	R\$ 5,24	R\$ 53.710,00	EXCLUSIVO
88.	BRAÇO RETO DE 1 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/ NBR.	Unidade	2000	4	R\$ 17,67	R\$ 35.340,00	EXCLUSIVO
89.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 2 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO CARBONO DE ACORDO COM A NORMA ABNT-SAE 1010/1020, TENDO DIÂMETRO EXTERNO COM ENCAIXE DE 31,7MM E PAREDE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,50MM. TUBO SEM EMENDAS E COM REBARBAS REMOVIDAS. FIXAÇÃO ATRAVÉS DE SAPATA EM PERFIL U COM 270MM DE COMPRIMENTO NAS DIMENSÕES DE 76MM X 38MM X 3,00MM COM TRÊS FUROS DE Ø18MM, DOIS PARA FIXAÇÃO E UM PARA SAÍDA DOS CABOS. ACABAMENTO COM GALVANIZAÇÃO A FOGO DE ACORDO COM A NORMA NBR 6323. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ VIR UMA ETIQUETA SOLDADA, COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES, O MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E A SEGUINTE INSCRIÇÃO: PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS. ESTA ETIQUETA NÃO PODE SE DESPRENDER.	Unidade	1500	1	R\$ 132,06	R\$ 198.090,00	AMPLA CONCORRÊNCIA
90.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 2 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO CARBONO DE ACORDO COM A NORMA ABNT-SAE 1010/1020, TENDO DIÂMETRO EXTERNO COM ENCAIXE DE 31,7MM E PAREDE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,50MM. TUBO SEM EMENDAS E COM REBARBAS REMOVIDAS. FIXAÇÃO ATRAVÉS DE	Unidade	500	1	R\$ 132,06	R\$ 66.030,00	COTA RESERVADA

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saaborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	SAPATA EM PERFIL U COM 270MM DE COMPRIMENTO NAS DIMENSÕES DE 76MM X 38MM X 3,00MM COM TRÊS FUROS DE Ø18MM, DOIS PARA FIXAÇÃO E UM PARA SAÍDA DOS CABOS. ACABAMENTO COM GALVANIZAÇÃO A FOGO DE ACORDO COM A NORMA NBR 6323. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ VIR UMA ETIQUETA SOLDADA, COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES, O MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E A SEGUINTE INSCRIÇÃO: PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS. ESTA ETIQUETA NÃO PODE SE DESPRENDER.						
91.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 3 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO CARBONO DE ACORDO COM A NORMA ABNT-SAE 1010/1020, COM COMPRIMENTO TOTAL DE 3,0M, COM DIÂMETRO EXTERNO DE ENCAIXE DE 50,8MM E PAREDE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,50MM. TUBO SEM EMENDAS E COM REBARBAS REMOVIDAS. PROJEÇÃO VERTICAL MEDINDO 1350MM E SEÇÃO CENTRAL DO BRAÇO MEDINDO 2000MM. FIXAÇÃO ATRAVÉS DE SAPATA EM PERFIL U COM 270MM DE COMPRIMENTO NAS DIMENSÕES DE 76MM X 38MM X 3,00MM COM TRÊS FUROS DE Ø18MM, DOIS PARA FIXAÇÃO E UM PARA SAÍDA DOS CABOS. ACABAMENTO COM GALVANIZAÇÃO A FOGO DE ACORDO COM A NORMA NBR 6323. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ VIR UMA ETIQUETA SOLDADA, COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES, O MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E A SEGUINTE INSCRIÇÃO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS. ESTA ETIQUETA NÃO PODE SE DESPRENDER.	Unidade	1530	1	R\$ 132,40	R\$ 202.572,00	AMPLA CONCORRÊNCIA
92.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 3 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO CARBONO DE ACORDO COM A NORMA ABNT-SAE 1010/1020, COM COMPRIMENTO TOTAL DE 3,0M, COM DIÂMETRO EXTERNO DE ENCAIXE DE 50,8MM E PAREDE COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,50MM. TUBO SEM EMENDAS E COM REBAR-	Unidade	510	1	R\$ 132,40	R\$ 67.524,00	COTA RESERVADA

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	BAS REMOVIDAS. PROJEÇÃO VERTICAL MEDINDO 1350MM E SEÇÃO CENTRAL DO BRAÇO MEDINDO 2000MM. FIXAÇÃO ATRAVÉS DE SAPATA EM PERFIL U COM 270MM DE COMPRIMENTO NAS DIMENSÕES DE 76MM X 38MM X 3,00MM COM TRÊS FUROS DE Ø18MM, DOIS PARA FIXAÇÃO E UM PARA SAÍDA DOS CABOS. ACABAMENTO COM GALVANIZAÇÃO A FOGO DE ACORDO COM A NORMA NBR 6323. GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DEVERÁ VIR UMA ETIQUETA SOLDADA, COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES, O MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO E A SEGUINTE INSCRIÇÃO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS. ESTA ETIQUETA NÃO PODE SE DESPRENDER.						
93.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 1,5 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR.	Unidade	2265	1	R\$ 53,10	R\$ 120.271,50	AMPLA CONCORRÊNCIA
94.	BRAÇO CURVO, TIPO CISNE, 1,5 M PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020 ESPESSURA DE 3,0MM PARA ENCAIXE DE LUMINÁRIA DE 25,4MM. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMAS ABNT/NBR.	Unidade	755	1	R\$ 53,10	R\$ 40.090,50	COTA RESERVADA
95.	PARAFUSO GALVANIZADO PARA FIXAÇÃO DO BRAÇO DE LUMINÁRIA PÚBLICA 12X300MM - CABEÇA QUADRADA - COM DUAS PORCAS E DUAS ARRUELAS CADA.	Unidade	3050	10	R\$ 6,00	R\$ 18.300,00	EXCLUSIVO
96.	PARAFUSO PHILIPS PARA BUCHA 8MM	Unidade	5000	150	R\$ 0,34	R\$ 1.700,00	EXCLUSIVO
97.	BUCHA NYLON 8MM	Unidade	3300	170	R\$ 0,18	R\$ 594,00	EXCLUSIVO
98.	PORCA QUADRADA GALVANIZADA PARA PARAFUSO 10MM	Unidade	1000	50	R\$ 1,70	R\$ 1.700,00	EXCLUSIVO
99.	PORCA QUADRADA GALVANIZADA PARA PARAFUSO 12MM	Unidade	1000	50	R\$ 2,50	R\$ 2.500,00	EXCLUSIVO
100.	PORCA QUADRADA GALVANIZADA PARA PARAFUSO 14MM	Unidade	1000	50	R\$ 2,51	R\$ 2.510,00	EXCLUSIVO
101.	FITA DE AÇO INOX 3/4 X 0,5MM PARA POSTE, ROLO COM 25 METROS	Unidade	1002	1	R\$ 75,00	R\$ 75.150,00	EXCLUSIVO
102.	CINTA (ABRAÇADEIRA) PARA POSTE CIRCULAR, 270 MM X 3,5 MM, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO 1010/1020, COM PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X2X70 MM	Unidade	1000	3	R\$ 32,16	R\$ 32.160,00	EXCLUSIVO
103.	ARRUELA QUADRADA GALVA-	Unidade	1050	50	R\$ 1,38	R\$ 1.449,00	EXCLUSIVO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: licitacoes.saoborja@gmail.com



São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

	NIZADA DE 38X38 MM - ESPESURA 3 MM ORIFÍCIO CENTRAL 14MM						
104.	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA DE 50X50 MM - ESPESURA 3 MM ORIFÍCIO CENTRAL 18MM	Unidade	1000	50	R\$ 1,87	R\$ 1.870,00	EXCLUSIVO
105.	CONTATOR 3P 18A SIMILAR A CWM18-10-30 D23 220V CA 50/60HZ	Unidade	280	1	R\$ 82,63	R\$ 23.136,40	EXCLUSIVO
106.	CONTATOR 3P 25A SIMILAR A CWM25-00-30 D23 220V CA 50/60HZ	Unidade	290	1	R\$ 96,14	R\$ 27.880,60	EXCLUSIVO
107.	CONTATOR 3P 40A SIMILAR A CWM40-00-30 D23 220V CA 50/60HZ	Unidade	275	1	R\$ 155,10	R\$ 42.652,50	EXCLUSIVO
108.	INTERRUPTOR INTERNO 2 X 4 3 TECLAS	Unidade	410	9	R\$ 8,73	R\$ 3.579,30	EXCLUSIVO
109.	INTERRUPTOR INTERNO 2 X 4 - 1 SEÇÃO COM TOMADA 10A	Unidade	420	10	R\$ 7,77	R\$ 3.263,40	EXCLUSIVO
110.	INTERRUPTOR INTERNO 2 X 4 2 SEÇÃO	Unidade	320	10	R\$ 7,50	R\$ 2.400,00	EXCLUSIVO
111.	INTERRUPTOR SIMPLES COM CAIXA	Unidade	320	10	R\$ 7,11	R\$ 2.275,20	EXCLUSIVO
112.	PLAFON E27 PVC COM SUPORTE DE LOUÇA.	Unidade	550	30	R\$ 2,77	R\$ 1.523,50	EXCLUSIVO
113.	CAIXA CD PARA 12 DISJUNTORES SOBREPOR, COM BARRAMENTO TERRA/ NEUTRO	Unidade	190	2	R\$ 46,44	R\$ 8.823,60	EXCLUSIVO
114.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 10A. 3KA, CURVA C	Unidade	240	12	R\$ 5,13	R\$ 1.231,20	EXCLUSIVO
115.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 20A. 3KA, CURVA C	Unidade	405	12	R\$ 5,46	R\$ 2.211,30	EXCLUSIVO
116.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 25A. 3KA, CURVA C.	Unidade	350	12	R\$ 5,54	R\$ 1.939,00	EXCLUSIVO
117.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 32A. 3KA, CURVA C.	Unidade	350	12	R\$ 5,63	R\$ 1.970,50	EXCLUSIVO
118.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 40A. 3KA, CURVA C.	Unidade	245	12	R\$ 5,95	R\$ 1.457,75	EXCLUSIVO
119.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 50A. DIN, 5KA, CURVA C	Unidade	240	11	R\$ 6,87	R\$ 1.648,80	EXCLUSIVO
120.	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 70A DIN, 5KA, CURVA C	Unidade	239	1	R\$ 58,46	R\$ 13.971,94	EXCLUSIVO
121.	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 100A DIN, 15KA, CURVA C	Unidade	230	1	R\$ 68,32	R\$ 15.713,60	EXCLUSIVO
122.	TOMADA C/DISJUNTOR 20A EXTERNO	Unidade	280	2	R\$ 28,11	R\$ 7.870,80	EXCLUSIVO
123.	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO EM PVC 22 CM DE DIÂMETRO X 20 CM DE ALTURA.	Unidade	210	10	R\$ 11,65	R\$ 2.446,50	EXCLUSIVO
124.	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO SIMPLES	Unidade	260	9	R\$ 6,96	R\$ 1.809,60	EXCLUSIVO
125.	PLUG MACHO 3P 10A.	Unidade	525	20	R\$ 3,49	R\$ 1.832,25	EXCLUSIVO
126.	PLUG MACHO 3P 20A.	Unidade	515	20	R\$ 4,03	R\$ 2.075,45	EXCLUSIVO
127.	PLUG FÊMEA 3P 10A.	Unidade	525	20	R\$ 3,29	R\$ 1.727,25	EXCLUSIVO
128.	PLUG FÊMEA 3P 20A.	Unidade	965	20	R\$ 3,51	R\$ 3.387,15	EXCLUSIVO
129.	TOMADA DUPLA 2P+T 10A PARA CAIXA TOP	Unidade	420	10	R\$ 6,30	R\$ 2.646,00	EXCLUSIVO
130.	TOMADA 2P + T MODULO 20A	Unidade	450	10	R\$ 7,27	R\$ 3.271,50	EXCLUSIVO
131.	TOMADA EXTERNA SISTEMA X COMPLETA 3P COMPLETA	Unidade	520	8	R\$ 9,90	R\$ 5.148,00	EXCLUSIVO
132.	TOMADA PARA CONDULETE GALVANIZADO	Unidade	260	9	R\$ 8,75	R\$ 2.275,00	EXCLUSIVO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: licitacoes.saaborja@gmail.com





São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

133.	TOMADA 2X4, 10A , 2P+T	Unidade	350	15	R\$ 4,50	R\$ 1.575,00	EXCLUSIVO
134.	ADAPTADOR DE TOMADA MODELO NOVO 4 ENTRADAS DE 2 OU 3 PINOS 10A PARA TOMADA NOVA E ANTIGA 110V/220V	Unidade	260	10	R\$ 11,95	R\$ 3.107,00	EXCLUSIVO
135.	ADAPTADOR DE TOMADA (T) UNIVERSAL COM 03 ENTRADA 2P+T 10A	Unidade	250	12	R\$ 6,04	R\$ 1.510,00	EXCLUSIVO
136.	ADAPTADOR DE TOMADA (T) UNIVERSAL COM 03 ENTRADAS 2P+T 20A	Unidade	250	12	R\$ 6,80	R\$ 1.700,00	EXCLUSIVO
137.	ESPELHO PARA 1 KEYSTONE P/ CAIXA ELETRODUTO GALVANIZADO	Unidade	110	20	R\$ 3,50	R\$ 385,00	EXCLUSIVO
138.	ESPELHO PARA 2 KEYSTONE P/ CAIXA ELETRODUTO GALVANIZADO 3/4	Unidade	110	20	R\$ 4,30	R\$ 473,00	EXCLUSIVO
139.	TAMPA PARA CAIXA ELETRODUTO METÁLICA 3/4 PARA 1 TOMADA HEXAGONAL	Unidade	150	20	R\$ 3,33	R\$ 499,50	EXCLUSIVO
140.	CAIXA ELETRODUTO GALVANIZADO CONDULETE 4X2	Unidade	240	6	R\$ 17,83	R\$ 4.279,20	EXCLUSIVO
141.	ADAPTADOR PARA CAIXA ELETRODUTO CONDULETE METÁLICA 3/4	Unidade	170	30	R\$ 2,60	R\$ 442,00	EXCLUSIVO
142.	TAMPA PARA CAIXA ELETRODUTO METÁLICA 3/4	Unidade	110	60	R\$ 5,16	R\$ 567,60	EXCLUSIVO
143.	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS BIVOLT 2P+T COM FUSÍVEL, MEDINDO 1,5M FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS BIVOLT 2P T COM FUSÍVEL, MEDINDO 1,5M	Unidade	210	3	R\$ 36,06	R\$ 7.572,60	EXCLUSIVO
144.	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO, AUTO FUSÃO, À BASE DE BORRACHA EPR PARA ISOLAÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS ATÉ 69KV, ATENDENDO REQUISITOS DA NORMA NBR - 10669 (ROLO MEDINDO 19MM X 10M X 0,76MM)	Unidade	540	6	R\$ 12,90	R\$ 6.966,00	EXCLUSIVO
145.	FITA ISOLANTE PVC ANTICHAMA, ISOLAMENTO DE ATÉ 600V E 80°C. COM 20 METROS, MEDINDO 19MMX0,015MM	Unidade	1385	12	R\$ 5,00	R\$ 6.925,00	EXCLUSIVO
146.	TERMINAL TUBULAR 1,5MM	Unidade	300	300	R\$ 0,10	R\$ 30,00	EXCLUSIVO
147.	TERMINAL TUBULAR 2,5MM	Unidade	600	600	R\$ 0,15	R\$ 90,00	EXCLUSIVO
148.	TERMINAL TUBULAR 4MM	Unidade	400	400	R\$ 0,20	R\$ 80,00	EXCLUSIVO
149.	TERMINAL TUBULAR 6MM	Unidade	400	400	R\$ 0,22	R\$ 88,00	EXCLUSIVO
150.	TERMINAL TUBULAR 10MM	Unidade	400	200	R\$ 0,50	R\$ 200,00	EXCLUSIVO
151.	ELETRODUTO PVC 3/4 VARA DE 3 METROS	Unidade	500	8	R\$ 9,63	R\$ 4.815,00	EXCLUSIVO
152.	LUVA ELETRODUTO PVC 3/4	Unidade	480	40	R\$ 2,24	R\$ 1.075,20	EXCLUSIVO
153.	LUVA P/ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/4 PRETO	Unidade	500	35	R\$ 2,82	R\$ 1.410,00	EXCLUSIVO
154.	CURVA 90° PVC PRETO COM ROSCA ELETRODUTO PVC 3/4	Unidade	350	25	R\$ 3,35	R\$ 1.172,50	EXCLUSIVO
155.	ABRAÇADEIRA PVC 3/4 PARA ELETRODUTO	Unidade	460	80	R\$ 0,91	R\$ 418,60	EXCLUSIVO
156.	ELETRODUTO DE FERRO GALVANIZADO 3/4 VARA CANO ELETRODUTO CONDULETE GALVANIZADO LEVE 3/4	Unidade	500	3	R\$ 31,99	R\$ 15.995,00	EXCLUSIVO
157.	CURVA 90° ELETRODUTO GAL-	Unidade	480	4	R\$ 15,47	R\$ 7.425,60	EXCLUSIVO

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: licitacoes.saoborja@gmail.com





	VANIZADO 3/4 CURVA ELE- TRODUTO CONDULETE GAL- VANIZADO 3/4						
158.	ABRAÇADEIRA TIPO D COM CUNHA PARA 3/4 COM CUNHA	Unidade	760	30	R\$ 2,22	R\$ 1.687,20	EXCLUSIVO
159.	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 16A DIN, 3KA, CURVA C	Unidade	240	5	R\$ 12,74	R\$ 3.057,60	EXCLUSIVO
160.	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 40A DIN, 5KA, CURVA C	Unidade	240	3	R\$ 22,80	R\$ 5.472,00	EXCLUSIVO
161.	CABO FLEXIVEL 6,00 MM 750V 750V, ATOX	Metro	1215	12	R\$ 5,63	R\$ 6.840,45	EXCLUSIVO
162.	INTERRUPTOR INTERNO 2X4 - 1 SEÇÃO S/ TOMADA.	Unidade	300	12	R\$ 5,65	R\$ 1.695,00	EXCLUSIVO
163.	TAMPA CEGA CX ELETRODU- TO PVC, 4X2	Unidade	190	20	R\$ 4,42	R\$ 839,80	EXCLUSIVO
164.	CANAleta SISTEMA X 20X10X2, FITA ADESIVA DUPLA FASE BRANCA.	Unidade	730	12	R\$ 5,18	R\$ 3.781,40	EXCLUSIVO
165.	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 50A DIN, TRIPOLAR, CURVA C, 3KA	Unidade	113	3	R\$ 26,40	R\$ 2.983,20	EXCLUSIVO
166.	CABO FLEXÍVEL 16,00 MM 0,6/1KV AZUL, ATOX	Metro	1700	6	R\$ 11,57	R\$ 19.669,00	EXCLUSIVO
<b>TOTAL R\$ 3.720.190,24</b>							

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

**2.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será formalizada pelo Pregoeiro, e deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial do Município [www.saoborja.rs.gov.br](http://www.saoborja.rs.gov.br) e no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no parágrafo único do art.164 da Lei nº 14.133/2021, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**2.2.1.** Na elaboração da resposta, o Pregoeiro será auxiliado, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

**2.2.2.** As respostas as impugnações e as solicitações de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração, ficando os interessados obrigados a acessar o Portal de Compras Públicas para a obtenção das informações prestadas.

**2.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art.55 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo.

**2.5.** A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.



### 3. DO CREDENCIAMENTO

**3.1.** Os interessados em participar desta licitação deverão dispor de cadastro junto ao **Portal de Compras Públicas**: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.1.2.** Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas e da elaboração e apresentação de propostas e documentos de habilitação serão de responsabilidade do licitante.

**3.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Pregoeiro, ou em caso de sua desconexão.

**3.5.** As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

**3.5.1.** As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e não comprovarem os requisitos legais para o enquadramento serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

**4.2.** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

**4.2.1.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por ter-



ceiros.

**4.3.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e Termo de Referência, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

**4.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

**4.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto Federal n.º 8.538, de 2015.

**4.5.1.** Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte **deverão declarar** em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas enquadram-se nessa categoria. A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência da ME/EPP de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**4.6.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará **"SIM"** ou **"NÃO"** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações on-line:

**a)** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**a1)** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar o campo "não", impedirá o prosseguimento no certame;

**a2)** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar o campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

**b)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**c)** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**d)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**e)** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**f)** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**g)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**h)** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.7. Não poderão disputar esta licitação:**



- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
  - b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - c) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
  - d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - f) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - j) agente público do órgão ou entidade licitante;
  - l) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - m) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - m.1) O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8.** Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas d), e), poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o preço**, conforme o critério de julgamento, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**5.1.1.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**5.2.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.3.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.3.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, conforme o caso, em moeda corrente nacional;

**5.3.2.** Marca e fabricante para cada item ofertado, quando for o caso;

**5.3.2.1.** No caso de obras, serviços comuns e serviços de engenharia, os campos "marca", "fabricante" e "descrição detalhada do item" podem ser preenchidos com a palavra "serviço".

**5.4.** O Preenchimento das propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.5.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da sessão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**5.6.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante no preenchimento da proposta dentro do sistema eletrônico importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

**5.6.1.** A identificação de que trata o item acima não se refere aos documentos de habilitação.

**5.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**5.9.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**6.1.** Após a negociação, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro.**

**6.1.1.** O prazo que se refere o item 6.1 poderá ser prorrogado por igual período pelo Pregoeiro quando:

**a)** por solicitação do licitante, mediante justificativa feita no chat, devidamente aceita pelo Pregoeiro;





**b)** a critério do Pregoeiro.

**6.2.** A proposta de preços deverá:

**6.2.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa e/ou procurador.

**6.2.2.** Conter a indicação do nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número desta licitação, o endereço completo da proponente, telefone e endereço eletrônico, bem como o número de sua conta-corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos, além de todas as especificações do objeto.

**6.2.3.** Deverá observar as diretrizes do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial e de planilha de quantitativos e custos unitários, com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

**6.3.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante vencedor**, nos termos do art. 63, inciso II da Lei 14.133/21.

**6.3.1.** Os documentos de habilitação disciplinados na seção 9 deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, **no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da data da convocação de apresentação**, podendo o prazo ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.

**6.3.2.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**6.4.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.5.** Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar **válidos no dia de abertura** da sessão pública.

**6.6.** Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o Pregoeiro procederá ao que segue:

**a)** se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado;

**b)** no caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

**6.7.** Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

**6.8.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**6.9.** Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de



sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

**6.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levando a efeito na fase de aceitação.

**7.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.8.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**7.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo um centavo (R\$ 0,01).

**7.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "**ABERTO**", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for



de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.6** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.12.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.17.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.18.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.19.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.20.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.21.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.22.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;



**7.23.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b)** empresas brasileiras;
- c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**7.23.1.** As regras previstas no item acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da LC 123/2006.

**7.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá negociar, por meio do sistema, condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**7.25.** O prazo de negociação não poderá ser inferior a 30 (trinta) minutos.

**7.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**8.1.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.2. Será desclassificada** a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.3. Será desclassificada** a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço inexequível ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

**8.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**8.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

**8.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras in-





formações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.9.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração inclusive manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio do objeto, quando for o caso.

**8.10.** A Administração poderá solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do objeto, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**8.11.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.12.** Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.13.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**8.15.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação e a existência de débitos perante a Fazenda do Município São Borja, mediante as seguintes consultas:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br)).

**b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

**c)** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br)).

**d)** Cadastro na Secretaria Municipal da Fazenda do município de São Borja, nos termos do art. 159 da LC 99/2017 do Código Tributário Municipal e do art. 193 do Código Tributário Nacional.

**9.1.1.** A consulta aos cadastros das sanções será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.





- 9.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.4.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.2.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.
- 9.4.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.5.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 9.6.** Para fins de assinatura de contrato, a não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.
- 9.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.8.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.11.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo de validade em vigor. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, **esta será de 180 dias (cento e oitenta dias)** contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.
- 9.12.** Os documentos poderão, ser apresentados em original ou por cópia através de autenticidade de documento público ou particular que poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 9.13.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o



declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**9.14.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.15.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

**9.16.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

#### **9.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**e)** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**f)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**g)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.16.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**d)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **9.16.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 dias.

**9.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.18.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **10. DO RECURSO**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será definida pelo Pregoeiro;

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.5.** O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o qual formalizará decisão administrativa.

**10.6.** Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, para análise e manifestação conforme a legislação vigente.

**10.7.** Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

**10.8.** A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro.



**10.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**a)** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**b)** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar ou não retirar o instrumento ou ainda não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**11.4.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art.71 da Lei nº 14.133/2021:

**a)** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**b)** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**c)** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**d)** Homologar a licitação.

**12.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**12.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**12.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** Homologado o procedimento licitatório, o Município convocará a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de **5 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.





**13.2.** Caso a licitante vencedora não entregue a ata de registro de preço assinada e os demais documentos solicitados no prazo definido neste edital, dentro da validade da proposta, será ele havido como desistente, ficando sujeito às sanções administrativas previstas no edital e na legislação.

**13.3.** O prazo de convocação previsto no item 13.1. poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**13.4.** A ata de registro de preços estará disponível para assinatura no Departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de São Borja/RS. **A Ata de registro de preços também poderá ser encaminhada via e-mail para assinatura com certificação digital**, emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**13.5.** O Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, nos termos da legislação.

**13.5.1.** As quantidades dos materiais serão definidos na respectiva autorização de compra (empenho), que será emitida dentro do prazo de validade do Registro de Preços.

**13.6.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**13.7.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.5. deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**13.8.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar a ata de registro de preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

**13.10. Será formalizado cadastro reserva**, durante o certame, devendo ser incluído na ata, o registro:

**a)** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**b)** dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**13.11.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.12.** O registro a que se refere o item 13.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**13.13.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do item 13.10. antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

**13.14.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o item 13.10, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguin-



tes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

**13.15.** Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas no item 14 deste edital.

**13.15.1.** O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **com consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) quando o fornecedor não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
- d) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.15.2.** O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **sem aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;
- b) falecimento do registrado.

**13.15.3.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item **13.15.1.** será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**13.15.4.** Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes registrados em ata, em ordem de classificação.

**13.15.5.** O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o **cancelamento dos preços registrados** da presente Ata, **sem a consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando por razão de interesse público;
- b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado e não houver êxito nas negociações.

**13.15.6.** No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no diário oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado, o licitante, da ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

#### 14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**14.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.2.1.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **I. DA ADVERTÊNCIA**

**14.2.2.** A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

#### **II. DA MULTA**

**14.2.3.** De 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 (dez) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

**14.2.4.** De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato,



sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

### **III. DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**14.2.5.** O Impedimento de Licitar e Contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

### **IV. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

**14.2.6.** A Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**14.2.7.** A sanção estabelecida no inciso IV do item 14.2 deste edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

**14.2.8.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 14.2. deste edital, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

**14.2.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.2.10.** A aplicação das sanções previstas no item 14.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.2.11.** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 14.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.2.12.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 14.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.2.13.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos termos da Lei 14.133/21.

## **15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**15.1.** O prazo de entrega é de até 20 ( vinte ) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

**15.1.1.** No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades constantes no Edital.

**15.1.2.** Não serão aceitos produtos de marcas e/ou modelos diferentes daqueles constantes na proposta de





preços vencedora e na Ata de registros de preços e/ou Contrato.

**15.2.** O objeto licitado deverá ser entregue no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97.670-000, no horário das 07 h às 13 h e das 14 h às 16 h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail [dmpd@saoborja.rs.gov.br](mailto:dmpd@saoborja.rs.gov.br).

**15.3.** O recebimento do objeto desta licitação obedecerá ao disposto no art. 140, inc. II, da Lei nº 14.133/2021:

**15.3.1.** provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**15.3.2.** definitivamente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**15.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela perfeita execução do fornecimento, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto da autorização de compra/nota de empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**15.4.** Constatadas irregularidades no objeto, o Município poderá:

**a)** A respeito da especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindida a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**b)** A respeito da diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**15.5.** Na hipótese da substituição ou complementação do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação por escrito e deverá fazê-lo em conformidade com a especificação licitada e aceite da Administração, mantido o preço inicialmente adjudicado.

**15.6.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

**15.7.** O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 6 ( seis ) meses, a contar do recebimento definitivo.

**15.7.1.** Durante o período de garantia a empresa obriga-se a efetuar, sem ônus para a Contratante, a substituição/reparo do objeto que apresentar defeito, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do primeiro dia útil posterior ao da data de confirmação do recebimento da comunicação.

## 16. DO PAGAMENTO

**16.1.** O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos.

**16.1.1.** O pagamento somente será realizado após a conferência e o aceite do objeto entregue por parte do fiscal designado em Portaria.

**16.2.** A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de São Borja:

Município de São Borja  
CNPJ: 88.489.786/0001-01



Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Rua Aparício Mariense nº 2751, centro – CEP: 97670-000

Nº do empenho: xxxxxx

Nº do pregão eletrônico e da ordem de compra: xxxxxxxx

**16.3.** Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo DANFE da NFE em pdf) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, **obrigatoriamente** para o e-mail [dmpd@saoborja.rs.gov.br](mailto:dmpd@saoborja.rs.gov.br)

**16.4.** O pagamento será realizado pelo município de São Borja mediante depósito ou boleto bancário em favor do adjudicatário, nos termos da legislação.

**16.5.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

**16.6.** O pagamento deverá observar o Decreto Municipal nº 19.630/2022, publicado no Diário Oficial do Município de São Borja, na data de 27 de setembro de 2022. link: [http://www.saoborja.rs.gov.br/images/DOESB/2022/Setembro/doesb27\\_09\\_2022.pdf](http://www.saoborja.rs.gov.br/images/DOESB/2022/Setembro/doesb27_09_2022.pdf).

**16.7.** Os recursos orçamentários para fazer frente as despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão da Nota de Empenho, considerando tratar-se de registro de preços, sendo a seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo

## 17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### I. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**17.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

**17.2.** Os preços registrados poderão ser reequilibrados, desde que haja comprovação com base na documentação apresentada pelo fornecedor e considerando o deságio pactuado, sob pena de indeferimento do pedido.

**17.3.** A resposta aos pedidos de revisão dos custos da ata deverão ser feitas no prazo de 1 (um) mês admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123 da Lei 14.133/2021.

**17.4.** Em caso de comprovação dos requisitos do reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser feita a reclassificação da ata de registro de preços, devendo ser observado o preço mais vantajoso para a Administração.

### II. DO CONTRATO

**17.5.** O contrato poderá ser objeto de revisão caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.5.1.** O reajuste ocorrerá anualmente, tendo como escopo manter o equilíbrio financeiro do contrato, em caso de prorrogação do prazo de vigência, fixando-se como índice o IPCA acumulado no período.

**17.5.2.** O reajustamento de preços terá a data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021;

**17.5.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa



mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**17.5.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**17.6.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**18.1.** A vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**18.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos nos art. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** Cabe ao Município de São Borja proceder à fiscalização rotineira dos itens recebidos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.2.** Os fiscais estão investidos no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material ou serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue/executado fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art. 140, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.3.** As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao Secretário da pasta requisitante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo de o próprio fiscal notificar o fornecedor para adotar as providências necessárias para correção ou, quando for o caso, recomendar ao Secretário a instauração de processo para a aplicação das penalidades cabíveis.

**19.4.** A designação do gestor e dos fiscais observará os artigos art. 7º e 117, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**19.5.** Durante a vigência do instrumento, a execução do objeto será acompanhada pelo Gestor e fiscalizada pelos Fiscais Titular e Suplente devidamente designados por meio de Portaria, conforme regulamentação municipal e atribuições dispostas no Decreto nº 20.106/2023, no Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**20.2.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.3.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Adminis-



tração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.6.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**20.6.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**20.7.** É vedado a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**20.8.** O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**20.9.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**20.9.1.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**20.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br), no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e no sítio eletrônico oficial do município: [www.saoborja.rs.gov.br/index.php/licitacoes-e-contratos](http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/licitacoes-e-contratos) e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamentos e Projetos, no horário de expediente da repartição, pelo período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

**20.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92 §1º da Lei nº 14.133/2021.

**20.12.** Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Relatório de itens cadastrados;

ANEXO II – Modelo de proposta de preços;

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO V – Minuta de Contrato.

São Borja-RS, 25 de abril de 2025.

Caroline Cogo Contreira,

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez

São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237

Email: [licitacoes.saoborja@gmail.com](mailto:licitacoes.saoborja@gmail.com)





São Borja  
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"  
"Terra dos Presidentes"  
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,  
Orçamento e Projetos- SMPPOP  
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

Secretária Municipal de Planejamento Orçamentos e Projetos  
Decreto nº 20.984/2025

Este edital foi elaborado pela servidora Maiara de Fátima Lazzarin Sampaio, Agente Administrativa, conforme informações constantes no Termo de Referência.

Maiara de Fátima Lazzarin Sampaio  
Agente Administrativa

Palácio João Coulart

Rua Eurico Batista da Silva, 64, Centro Prédio Adm Salvador Liôncio Pereira Alvarez  
São Borja, RS-CEP 97670-000 Fone: (55) 3431 9428- Ramal 237  
Email: licitacoes.saoborja@gmail.com